ISSN: 2358-8829

A INTERSETORIALIDADE NA PROTEÇÃO INTEGRAL: CONSTRUÇÃO DE FLUXO E DECRETO MUNICIPAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA ESCOLAR EM JARDIM/MS

Michele Serafim dos Santos [1]
Elvis de Assis Amaral [2]

RESUMO

A violência escolar demanda respostas que superem práticas meramente punitivas, exigindo a construção de um arcabouço normativo capaz de integrar a comunidade educativa ao Sistema de Garantia de Direitos. O presente trabalho relata a experiência de elaboração do decreto municipal e da construção do fluxo de atendimento aos casos de violência nas escolas do município de Jardim/MS, desenvolvido por meio de articulação interinstitucional entre a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), o Ministério Público, a Saúde e a Assistência Social. A pesquisa decorre do desenvolvimento de Trabalho de Conclusão de Curso em Direito e utiliza o método do direito comparado para analisar normativas vigentes e adequar as diretrizes legais à realidade local. O estudo fundamenta-se na Lei nº 13.185/2015, atualizada pela Lei nº 14.811/2024, que estabelece o dever dos entes municipais de implementar protocolos de prevenção e enfrentamento à violência escolar. O foco central reside na aplicação da escuta especializada, prevista na Lei nº 13.431/2017, bem como no cumprimento da Lei nº 14.344/2022 (Lei Henry Borel), que institui medidas protetivas e determina a notificação compulsória imediata em situações de violência doméstica e escolar. Ademais, o protocolo elaborado observa as disposições da Lei nº 14.644/2023, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para prever a obrigatoriedade de notificação de casos de violência no ambiente escolar. Metodologicamente, a investigação configura-se como uma pesquisa-ação de natureza aplicada e abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico e documental, cuja validação prática dar-se-á mediante a aplicação de questionários eletrônicos junto às diretoras das unidades escolares da rede municipal. O objetivo deste trabalho é propor, estruturar e sistematizar o processo de construção intersetorial do protocolo municipal de enfrentamento à violência escolar em Jardim/MS, evidenciando como a engenharia jurídica e pedagógica e a atuação integrada da rede de proteção podem viabilizar a aplicabilidade prática dessas medidas, com foco na garantia de direitos e na prevenção da revitimização. Espera-se que a experiência apresentada possa contribuir como referência para outros municípios na formulação de instrumentos normativos e administrativos destinados ao fortalecimento da cultura de paz e da proteção integral no ambiente escolar.

Palavras-chave: Violência Escolar; Escuta Especializada; Direito Comparado; Gestão Educacional; Protocolo de Combate; Fluxo.

[1] Doutora em Educação, UCDB – MS. Mestra em Letras/Ensino de Linguagens (UEMS). Especialista em Direito Notarial e Registral; Planejamento Educacional; Ed. Especial; Educação Digital (UFMS) e Língua Portuguesa, Oratória e Redação. Licenciada em Letras (UEMS), Pedagogia (FABRAS) e Artes Visuais (ETEP). Pesquisadora do GEBEM/UCDB). Graduanda do Curso de Direito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – MS, micheleserasantos@hotmail.com;

[2] Professor orientador: Mestre em Administração Pública (UFGD). Especialista em Direito Internacional (UFMS); Segurança Pública e Fronteiras (UEMS); Direito Público e Filosofia do Direito (Católica-MG). Graduado em Direito (UNITRI). Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - MS, profelvis@uems.br.